



SUSTENTABILIDADE EM EMPRESAS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

SUSTAINABILITY IN TRADING AND SERVICE COMPANIES

Larissa Cristina de Souza Schaefer – Faculdade Sociesc de Blumenau – larissacsschaefer@gmail.com

Michael Samir Dalfovo – Faculdade Sociesc de Blumenau – msdalfovo@gmail.com

RESUMO

A sustentabilidade organizacional nos últimos tempos tem recebido considerável atenção pelas organizações, pelo fato de que tanto a sociedade como os clientes estão mudando seus pensamentos e suas ações em relação ao meio ambiente. Por este motivo, mudam também seus gostos, suas formas de agir assim como o que compram e/ou utilizam em seu cotidiano. Este estudo explica sobre a sustentabilidade nas organizações de comércio e serviço mostrando seu conceito e como isto pode ser aplicada nestas empresas. As questões foram avaliadas por meio de uma pesquisa descritiva, quantitativa e em modelo survey de questionário que foi aplicado, testes estatísticos por meio do software SPSS validaram o modelo. Em relação aos resultados obtidos com esta pesquisa, pode-se identificar que a dimensão onde obteve-se a maior média dentre todas foi a de Monitoramento de Impactos dos Negócios nos Direitos Humanos que aborda sobre as empresas se assegurarem de não praticar discriminação contra seus stakeholders.

PALAVRAS-CHAVE | Sustentabilidade Organizacional, Sustentabilidade, Sustentabilidade nas Organizações

ABSTRACT

Organizational sustainability has recently received considerable attention from organizations because both society and customers are changing their thoughts and actions regarding the environment. For this reason, they also change their tastes, their ways of acting as well as what they buy and / or use in their daily lives. This study explains about sustainability in trade and service organizations by showing its concept and how it can be applied in these companies. The questions were evaluated by means of a descriptive, quantitative research and questionnaire survey model that was applied, statistical tests using the SPSS software validated the model. Regarding the results obtained with this research, it can be identified that the dimension where the highest average was obtained was the Business Impact Monitoring on Human Rights, which deals with companies ensuring that they do not discriminate against their stakeholders.



KEYWORDS | Corporate Sustainability, Sustainability, Sustainability in Organizations

1 INTRODUÇÃO

O principal objetivo da sustentabilidade nas empresas é a vantagem competitiva e a estratégia de equilibrar os pontos econômicos, sociais e ambientais de uma organização gerando benefícios e oportunidades de crescimento a longo prazo, ao mesmo tempo que aprimora, protege e mantém os recursos naturais e humanos que serão necessários futuramente. De acordo com Furtado (2005) o desenvolvimento sustentável deveria ser relacionado à mudança estratégica de direção de toda a sociedade, sem necessitar de órgãos legislativos nacionais e internacionais solicitando regulamentações obrigatórias de tal marco.

A sustentabilidade em organizações de comércio e serviço é algo realmente necessário, pelo fato de que suas sobrevivências dependem tanto da capacidade adaptativa às especificações técnicas, ambientais e econômicas, quanto de fatores normativos regulamentares de apoio e legitimidade (SCOTT, 1995). Conforme Maimon (1996) o resultado da ampliação desse assunto fez com que ocorresse novas pressões perante à sociedade, por meio de protestos sociais, resultando em novas leis. Tais mudanças afetam intensamente os ambientes político e social em que a empresa atua, originando novas diretrizes e limitações para que a mesma opere de forma eficaz, perante uma ótica que considere apenas a maximização do retorno financeiro aos proprietários.

Contribuindo com estudos na área o objetivo deste estudo é **analisar os fatores que compõem a sustentabilidade para as organizações de comércio e serviços**, mostrando como e onde implantar a sustentabilidade nas organizações atualmente e se a sustentabilidade já está sendo implantada nestas organizações. Sua importância é indiscutível por causa das mudanças constantes que a sociedade e os clientes se encontram, sem contar que as crianças já estão crescendo com pensamentos e atitudes diferentes em relação ao meio ambiente e suas causas do que as crianças de antigamente tinham, gerando assim futuros clientes com mais senso crítico a estes fatores do que atualmente.



O presente artigo inicia-se pela definição da sustentabilidade organizacional com base no tripé da sustentabilidade considerando os aspectos ambientais, econômicos e sociais que giram em torno das organizações, mostrando como as organizações devem implementá-las e qual as vantagens de se implantar a sustentabilidade organizacional. Posteriormente, segue o capítulo de procedimentos metodológicos. Na sequência tem-se a análise dos dados e as considerações finais.

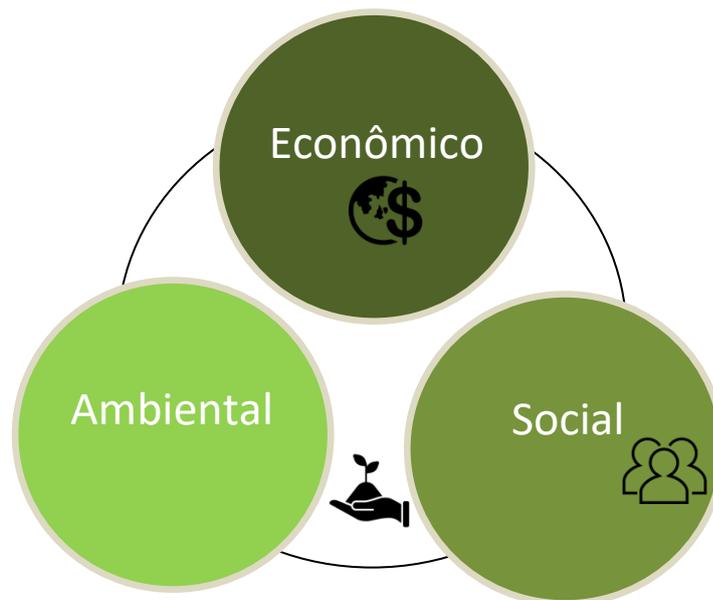
2 REVISÃO DE LITERATURA

Muitas das questões sociais e ambientais estão enraizadas em padrões insustentáveis de desenvolvimento industrial e econômico. Consequentemente, impulsionados por fatores de mercado e regulatórios com o objetivo de criar uma vantagem competitiva, as empresas estão desenvolvendo novas abordagens de sustentabilidade diversificada (HAHN E SCHEERMESSER, 2006). Tais abordagens e conceitos serão abordados neste trabalho.

2.1 SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Sustentabilidade para Lange, Busch e Delgado-Ceballos (2012) define-se como uma visão estratégica que considera equilibrada e totalmente os aspectos econômicos, sociais e ambientais (tripé da sustentabilidade) de uma organização gerando em longo prazo benefícios a gerações futuras e aos stakeholders da mesma, ou seja, a organização precisa buscar construir uma sociedade totalmente viável economicamente, socialmente justa e ambientalmente correta para o futuro. A sustentabilidade de uma organização parte do diálogo é preciso e necessário ouvir as pessoas que estão diretamente ligadas com a empresa para que a mesma consiga implantar esta política extremamente necessária. Amadeu Junior, Gelman e Macedo (2008) compartilham do mesmo pensamento e acrescentam que este alinhamento estratégico caminha consistentemente com a empresa e sua missão.

Figura 1 – Tripé da Sustentabilidade



Fonte: Adaptação dos três pilares de John Elkington (1994)

A dimensão ambiental, de acordo com Furtado (2005) constitui-se pela conservação e qualidade dos recursos renováveis, pela durabilidade de vida útil dos não renováveis e a prolongação dos recursos naturais como, por exemplo, a recuperação de fertilidade do solo e os impactos e danos físicos, biológicos e químicos sobre os mesmos. A empresa precisa pensar e agir estrategicamente para que seu ambiente, produto e ações diminuam os danos desta dimensão.

A dimensão econômica é a mais indispensável para o desenvolvimento sustentável da organização, esta dimensão é constituída por valores econômico-financeiros tangíveis e intangíveis agregados por aquisição e prosperidade de bens financeiros e materiais dos stakeholders, shareholders e investidores da organização. Seu principal objetivo é elaborar produtos e bens que atendam as dimensões ambientais e sociais de forma econômica. De acordo com Pimenta (2010) um dos aspectos desta dimensão é o prolongamento da vida útil dos produtos por meio da redução de energia e de



desperdícios de matérias-primas, gerando assim políticas de produção mais limpas e também na ação de evitar produtos não sustentáveis por parte dos consumidores.

Por último, a dimensão social, que de acordo com Furtado (2005) é onde a organização fornece serviços fundamentais para agregar com a qualidade de vida de seu consumidor, esta dimensão caracteriza-se pelo bem-estar, isonomia e inclusão social, individual e em comunidade, como a educação, saúde e o desenvolvimento econômico por exemplo. Não somente pensando em seus consumidores a organização também precisa lembrar-se de seus colaboradores, ou seja, adotar medidas contínuas para uma melhoria no clima organizacional.

Pode-se dizer então que a sustentabilidade é evoluir ante si mesmo e também a colaboração entre a organização e seus stakeholders, a junção dessas duas partes é que fazem com que a evolução da mesma ocorra e para as empresas que procuram o reconhecimento em longo prazo, é necessário se preocupar com a futura situação do planeta, buscando agir de maneira sustentável em todas as suas ações.

De acordo com Almeida (2002) para que uma organização seja sustentável é preciso buscar a eco eficiência em todas as suas decisões e ações, assim como produzir mais e melhor com menos uso de recursos naturais e menos poluição, não se esquecendo de ser socialmente responsável, caso a organização não siga esta realidade isto poderá custar sua existência. Savitz e Weber (2007) seguem o mesmo raciocínio explicando que a organização precisa ser operada sem causar danos e sem destruir o meio ambiente e sim restaurar e enriquecer o mesmo.

Há empresários que acreditam que a busca pela sustentabilidade é financeiramente inviável para a organização, porém Lange, Busch e Delgado-Ceballos (2012) mostram que é o contrário, pensar e agir sustentavelmente muitas vezes reduz os custos e aumentam as receitas tornando-se base para inovações, ou seja, a sustentabilidade é um diferencial competitivo para as organizações que a possibilita de ter uma eficiência maior e também ganhar desempenho. Pimenta (2010) confirma dizendo que esta questão é vista muitas vezes como um entrave para o desenvolvimento da organização ao invés considerá-la uma grande oportunidade para a realização de novos negócios.

Esta mudança sustentável necessita de um pensamento estratégico perante os impactos positivos e negativos das ações e decisões provenientes da sociedade, ou seja, deixar a meta de somente obter retorno econômico e aliar outras questões à avaliação da realidade, não esquecendo que o processo de desenvolvimento organizacional não é nem constante nem estável no espaço-tempo. Partindo deste entendimento percebe-se que o comportamento dos seres humanos, tanto individual quanto coletivamente, os processos sociais de cada território e, também a quantidade tempo que os ambiente naturais levam para recuperar e conservar a intangibilidade de seus ciclos vitais estão ligados diretamente com o desenvolvimento de uma organização. (IMPERADOR E SILVA, 2018)

No Quadro 1 North (1992), mostra em tópicos as vantagens de ser uma organização sustentável em suas ações e em seus produtos.

Quadro 1 - Benefícios de ser uma empresa sustentável.

Benefícios Econômicos
<ul style="list-style-type: none"> • Economia de custos; • Economias devido à redução de água, energia e outros insumos; • Economias devido à reciclagem, venda e aproveitamento de resíduos; • Redução de multas e penalidades por poluição.
Benefícios de Receitas
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da construção marginal de “produtos verdes” que podem ser vendidos a preços mais baixos; • Aumento na participação no mercado devido à inovação dos produtos e menos concorrência; • Linhas de produtos para novos mercados; • Aumento da demanda para produtos que contribuam para a diminuição da população.
Benefícios Estratégicos
<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da imagem institucional; • Renovação de portfólio de produtos; • Aumento da produtividade; • Redução de multas e penalidades por poluição; • Alto comprometimento do pessoal; • Melhorias nas relações de trabalho; • Melhoria e criatividade para novos desafios; • Melhoria nas relações com os órgãos governamentais, comunidade e grupos ambientais; • Acesso assegurado ao mercado externo; • Melhor adequação aos padrões ambientais.

Fonte: North (1992)

A busca pela sustentabilidade organizacional deve gerar inovações, de acordo com Silveira (2013) as organizações precisam reformular suas tecnologias, processos, produtos e em sua maioria os modelos de negócios que transformam o cenário competitivo, baseando-se nas necessidades de sustentabilidade.



Oliveira, Medeiros, Terra e Quelhas (2012) mostram os cinco princípios para que a implantação da sustentabilidade organizacional aconteça da melhor forma possível nas empresas. São estes:

- Estabelecer um processo interno de participação dos níveis hierárquicos na formulação dos objetivos e metas estratégicos relacionados à sustentabilidade organizacional;
- Inclusão de colaboradores motivados para a sustentabilidade e suas participações no planejamento estratégico da organização;
- Desenvolvimento e implantação de indicadores estratégicos, táticos e operacionais em relação às dimensões social, econômica e ambiental;
- Relacionar o plano de desenvolvimento de carreira com o engajamento dos colaboradores em relação à sustentabilidade da organização;
- Incentivar a iniciativa voluntária dos colaboradores da organização;

2.2 SUSTENTABILIDADE ESTRATÉGICA

Para Porter e Kramer (2011) a sustentabilidade estratégica refere-se aos investimentos ligados ao negócio central ou core business da empresa que se baseiam nos problemas e nas restrições sociais e ambientais existentes. Complementando, Hart e Milstein (2003) dizem que as organizações que seguem esta abordagem de sustentabilidade procuram identificar os problemas ambientais e sociais para transformá-los em oportunidades de negócio. Além disso, a sustentabilidade estratégica minimiza riscos e custos originados da geração de lixo, da poluição e do consumo excessivo, melhorando a quantidade e tipos do uso de recursos e gerando assim ganhos generalizados de eficiência na organização. Portanto, empresas que investem em sustentabilidade estratégica, durante épocas de crise financeira, por exemplo, são menos afetadas em seu desempenho a longo prazo e estão mais preparadas para este tipo de acontecimento.

Para Lacy et al (2010) a sustentabilidade para as organizações é vista atualmente como um dos elementos das estratégias empresariais que constroem suas reputações no mercado e por este motivo é extremamente valorizada, pois reconstruir a confiança de um cliente é uma tarefa árdua.



Com isso, as organizações estão desenvolvendo atitudes e ações para mensurar o impacto da confiança por meio da organização e para identificar os fatores que afetam os níveis desta.

Porter e Kramer (2006) complementam que as empresas que adotam esta estratégia podem gerar a capacidade de ganhar uma vantagem competitiva no mercado e também de entregar valores sustentáveis. Esse tipo de vantagem deriva-se do fato de que as capacitações que ajudam as organizações a aderirem à sustentabilidade são raras e insubstituíveis, tais características as tornam mais difíceis de imitar.

Porém, existem ainda inúmeros desafios a serem encarados para que a sustentabilidade seja facilmente implantada e adotada nas organizações. Indicadores eficazes e líderes competentes são apenas um dos passos, além disso, a empresa precisa superar obstáculos como, por exemplo, ter um sistema de informação bem desenvolvido, uma comunicação estável com os funcionários, um plano de negócio bem estruturado e ajudar na integração da cultura sustentável. É necessário realizar uma abordagem que considere os aspectos sociais, ambientais e econômicos da sustentabilidade, porém, esta abordagem é bastante complexa e demanda que as organizações integram a sustentabilidade no sistema organizacional inteiro e em níveis múltiplos. Para que as organizações se tornem mais sustentáveis, é preciso que os gestores assegurem que as atitudes sustentáveis estejam integradas desde o princípio nos processos estratégicos e que seja abordada frequentemente. A visão da organização precisa pertencer ao processo de decisão estratégica da empresa e também de refletir em seus comprometerimentos com a sustentabilidade. (BONN; FISCHER, 2008).

De acordo com o site do Protocolo de Kyoto (2019) é um tratado internacional que entrou em vigor no ano de 2005 com o objetivo de fazer com que os países desenvolvidos e dos países que estão em transição econômica se comprometessem em reduzir a emissão de gases de efeito estufa, para amenizar os impactos causados pelo aquecimento global. Além disso, nos encontros que ocorrem são realizadas discussões para estipular metas e criar meios de desenvolvimento que não sejam prejudiciais ao planeta Terra. Simplificando, a lógica do Protocolo é limitar permanentemente as emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa).



Das ações apresentadas para o cumprimento deste protocolo existem três Mecanismos de Flexibilização, (PROTOCOLO DE KYOTO, 2019):

- Implementação Conjunta (CI) - mecanismo que incentiva a criação de projetos que reduzam a emissão dos gases estufa. Quando dois ou mais países desenvolvidos criam projetos para redução de gases podem fazer uma posterior comercialização;
- Comércio de Emissões ou Comércio Internacional de Emissões (CIE) - é um mecanismo em que os países desenvolvidos que já reduziram a emissão de gases além de sua meta, podem comercializar o excedente de suas emissões para países que não atingiram a meta;
- Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) - mecanismo que auxilia na redução dos gases estufa. Ele consiste na implementação de projetos para o desenvolvimento sustentável que auxiliam na redução ou captura de gases poluentes. Com isso, os países recebem um certificado chamado 'Reduções Certificadas de Emissões', emitido pelo Conselho Executivo do MDL podendo ser comercializados no mercado internacional.

O MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) é oriundo de uma proposta brasileira que foi formulada durante a Conferência de Kyoto, que nada mais é que um mecanismo de flexibilidade onde permite que as nações industrializadas alcancem parte de suas obrigações por meio de implementação de projetos e que em países em desenvolvimento reduzam as emissões ou removam o gás de efeito estufa da atmosfera. Os países que possuem condições de implementar projetos de MDL, como no caso do Brasil, existem esforços em andamento entre o governo e empresas públicas e privadas com projetos negociáveis. (PROTOCOLO DE KYOTO, 2019)

De acordo com o próprio site do Rio 92 (2019) foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, entre os dias 3 e 14 de junho de 1992, até o momento foi à maior reunião de chefes de Estado da história da humanidade, contando com a participação de 179 países. Seu principal tema foi à discussão sobre o desenvolvimento sustentável e como reverter o atual processo de degradação ambiental.



Estavam presentes nos dois principais eventos da Conferência cerca de 20 mil pessoas, pertencentes a mais de 9 mil organizações não-governamentais, tais eram: a Cúpula da Terra (reunião dos chefes de Estado) e o Fórum Global (evento paralelo, promovido pela sociedade). (RIO, 2019)

De acordo com o site da Agenda 21 (2019) foi o principal compromisso assumido tornando-se a mais completa e ousada tentativa de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, aliando métodos de justiça social, proteção ambiental e eficiência econômica.

Além da Agenda 21, inúmeros protocolos, acordos e convenções foram firmados durante a Conferência (AGENDA 21, 2019):

- Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – possui 27 princípios para guiar os países nas suas políticas de desenvolvimento sustentável.
- Convenção sobre Diversidade Biológica – seus objetivos são a conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e a divisão equitativa e justa dos benefícios gerados com a utilização de recursos genéticos.
- Convenção Quadro sobre Alterações Climáticas – seu objetivo é estabilizar a concentração de gases do efeito estufa (GEE) na atmosfera, para evitar interferências no sistema climático. Os países com maiores emissões desses gases deveriam ter o maior índice de redução. A partir das negociações, foram elaborados importantes documentos, como o Protocolo de Kyoto, em 1997, que chegou a ficar mais conhecido do que a própria Convenção do Clima.
- Declaração de Princípios sobre Florestas – tem como objetivo contribuir para a gestão, conservação e desenvolvimento sustentável das florestas além de prover múltiplas funções e usos, levando em conta que as partes mantenham avaliações para garantir usos adequados das florestas e formando assim uma cooperação internacional de usos sustentáveis. Aplica-se para todos os tipos de florestas, naturais ou plantadas, de todas as regiões geográficas e zonas climáticas.
- Convenção sobre Combate à Desertificação – fruto de uma solicitação da Rio-92 à Assembleia Geral da ONU, entrou em vigor em dezembro de 1996 e lida com desafios



de superação da pobreza nas regiões áridas e semiáridas e medidas de controle da desertificação.

A Rio+20 - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro do dia 13 ao dia 22 de junho de 2012, foi nomeada assim pelo marco dos vinte anos de realização da Rio-92 e contribuiu para a definição da agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. O grande objetivo desta Conferência foi à renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio das lacunas na realização das decisões aplicadas pelas principais cúpulas sobre o assunto, da avaliação do progresso e do tratamento de novos e consequentes temas. (RIO+20, 2019)

Foram debatidos dois temas principais durante a Conferência do Rio+20 (2019):

- A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e
- A estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

A Rio+20 foi realizada em três momentos: a III Reunião do Comitê Preparatório que ocorreu nos primeiros dias, de 13 a 15 de junho de 2012, onde se reuniram representantes governamentais para negociar os documentos adotados na Conferência. Em seguida, foram realizados os Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável que ocorreram nos dias 16 a 19 de junho de 2012. Por último, foi realizado o Segmento de Alto Nível da Conferência ocorrido nos dias 20 a 22 de junho de 2012, onde se confirmou a presença de diversos Chefes de Estado e de Governo dos países-membros das Nações Unidas (RIO+20, 2019).

De acordo com o próprio site da Agenda 2030, diz que a mesma é um plano de ação pensado em um todo, ou seja, nas pessoas, no planeta e na prosperidade, até 2030, buscando firmar a paz universal. Esta agenda foi criada em Setembro de 2015 por meio do reconhecimento do maior desafio global, que é a erradicação da pobreza em todas as suas dimensões e formas, este que é um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável de uma nação. O plano indica 17 ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, para extinguir a pobreza e promover uma vida digna



para todos, não ultrapassando os limites do planeta. Estes objetivos e metas são totalmente esclarecidos, para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, tanto agora quanto no futuro.

Figura 2 – Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:



Fonte: Plataforma Agenda 2030 (2015)

Após adotarem o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (A/70/L.1), que nada mais é que um guia para as ações e atitudes da comunidade internacional dos próximos anos, estes países comprometeram-se em tomar medidas ousadas e transformadoras para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos sem deixar nada e nem ninguém para trás como consta no site oficial da Agenda.

Quadro 2: Estudos Correlatos e Formação das Variáveis que Compõem o Tema Sustentabilidade em empresas de comércio e serviços

Autores	Objetivo	Segmento	Itens
PAZ, F. J. KIPPER, L. M. (2016)	Sustentabilidade nas organizações.	Bibliometria	Sustentabilidade nas organizações. Tripé da sustentabilidade. Modelo de sustentabilidade.
IMPERADOR, A. M. SILVA, M. V. H. (2018)	Sistema de Mensuração do Desenvolvimento Sustentável (SMDS).	Bibliometria	Sustentabilidade corporativa



			Indicadores de sustentabilidade Sistema de Mensuração do Desenvolvimento Sustentável (SMDS).
BERLATO, L. F. SAUSSEN, F. GOMEZ L. S. R. (2016)	Desenvolvimento sustentável e gestão de marcas.	NSA	Desenvolvimento sustentável Gestão de marcas
GALLARDO, A. L. C. F. WINANDY, A. J. C. SIQUEIRA, J. P. L. HOURNEAUX Jr, F. (2017)	Sustentabilidade e varejo supermercadista.	Redes internacionais e nacionais supermercadistas	Sustentabilidade Política ambiental Varejo supermercadista Impacto ambiental
DINIZ, M. L. F. CALLADO, A. L. C. (2017)	Modelo de Mensuração	Gestores e profissionais responsáveis por práticas sustentáveis.	Sustentabilidade empresarial Modelo de Mensuração
CRISÓSTOMO, V. L. CARNEIRO, C. M. B. GOMES, L. A. S. (2018)	Índice de Sustentabilidade Empresarial.	Bibliometria	Responsabilidade social corporativa Sustentabilidade Índice de Sustentabilidade Empresarial
PACCIOTTI, A. (2016)	Empresa social	Pessoas selecionadas e entrevistadas que possuíam duas características: por um lado, tinham funções de gerenciamento de topologia dentro das empresas e, por outro lado, tinham que ter uma experiência temporal significativa para descrever	Economia social Cooperativa social Sustentabilidade Inovação

		os diferentes eventos que haviam experimentado ao longo do tempo.	
HAHN, T. FIGGE, F. PINKSE, J PREUSS, L. (2017)	Aspectos de sustentabilidade.	NSA	Sustentabilidade corporativa Aspectos descritivos, instrumentais e normativos
SEARCY, C. (2016)	Sustentabilidade empresarial.	NSA	Sustentabilidade empresarial Redes de fornecimento Contexto de sustentabilidade Medição de desempenho
FORMENTINI, M. TATICCHI, P. (2016)	Gestão sustentável da cadeia de suprimentos.	Altos executivos, diretores de sustentabilidade	Sustentabilidade corporativa Gestão sustentável da cadeia de suprimentos

Fonte: Construído a partir da revisão da literatura (2019).

Ao analisar o Quadro XX que corresponde aos estudos empíricos acerca da temática sustentabilidade em empresas de comércio e serviços, percebe-se que as principais dimensões abordadas se referem a responsabilidade social, sustentabilidade organizacional, os aspectos da sustentabilidade e quais os seus indicadores.

A dimensão Responsabilidade Social pode-se observar no trabalho de **CRISÓSTOMO, V. L., CARNEIRO, C. M. B. e GOMES, L. A. S. (2018)** que se trata sobre a responsabilidade social que as organizações necessitam ter, fala também sobre as organizações que optam pelo estilo sustentável e como estes devem se portar mostrando também o índice de sustentabilidade empresarial.

A dimensão Aspectos da Sustentabilidade pode-se observar no trabalho de **HAHN, T., FIGGE, F., PINKSE, J e PREUSS, L. (2017)** onde se trata sobre os aspectos descritivos, instrumentais e normativos da sustentabilidade assim como a sustentabilidade corporativa, seu conceito e como deve ser aplicada nas organizações.



A dimensão Indicadores de sustentabilidade pode-se observar no trabalho de **IMPERADOR, A. M. e SILVA, M. V. H.** (2018) onde é explicado os conceitos e quais os indicadores de sustentabilidade existentes atualmente que poderão ser utilizados no dia a dia de cada organização optante deste estilo, mostram também o Sistema de Mensuração do Desenvolvimento Sustentável (SMDS).

A dimensão Sustentabilidade Organizacional pode-se observar nos trabalhos de **BERLATO, L. F., SAUSSEN, F., GOMEZ L. S. R.** (2016) onde abrangem os assuntos conceituais da sustentabilidade organizacional e seu desenvolvimento, abrange também a gestão de marcas unindo estes dois temas em uma estratégia em branding. **GALLARDO, A. L. C. F., WINANDY, A. J. C., SIQUEIRA, J. P. L. e HOURNEAUX Jr, F.** (2017) seguem a mesma linha de raciocínio em relação a sustentabilidade organizacional porém no setor do varejo supermercadista explicando as políticas e os impactos ambientais das organizações deste setor. **CRISÓSTOMO, V. L., CARNEIRO, C. M. B., GOMES, L. A. S.** (2018) abrangem o assunto de sustentabilidade organizacional focando seu trabalho nos índices de sustentabilidade empresarial analisando a evolução, a adesão e a continuidade das organizações no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. Os autores **DINIZ, M. L. F. e CALLADO, A. L. C** (2017) falam sobre o modelo de mensuração por meio do Grid de sustentabilidade empresarial (GSE) nas empresas do setor gráfico. Já **PACCIOTTI, A.** (2016) abrange este assunto mostrando a sustentabilidade como um meio de inovação das empresas sociais. **SEARCY, C.** (2016) busca identificar os principais requisitos para medir a sustentabilidade empresarial e os autores **FORMENTINI, M. e TATICCHI, P.** (2016) procuram mostrar como as abordagens de sustentabilidade corporativa são implementadas e alinhadas com os mecanismos de governança no nível da cadeia de suprimentos dentro das organizações por meio de uma investigação empírica.

Quanto ao segmento, percebe-se que em sua maioria os estudos se delinearão para profissionais no mínimo em cargo de gerência. Além disso, esse tema é muito explorado no setor industrial a saber: têxtil, automobilístico e energia. Foram também percebidos estudos com interesse em analisar o tema x em organizações de comércio e serviço, principalmente no varejo e campo da tecnologia da informação. Falar dos principais achados dos estudos. Fica em torno de uma página de explicação.



3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta etapa apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados para obter as informações necessárias para conclusão desse estudo. São demonstrados a maneira que a amostra estudada foi selecionada e como os dados foram coletados.

Quanto ao objetivo desta pesquisa a mesma classifica-se como descritiva, para Triviños (1987) a pesquisa descritiva demanda do pesquisador diversas informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo descreve os fenômenos e fatos de determinada realidade.

Esta pesquisa possui abordagem quantitativa.

O método de coleta adotado no estudo caracteriza-se como survey questionário de levantamento, que para Fink e Kosecoff (1985) define-se em um método para levantar dados acerca dos sentimentos, ideias, planos e crenças de cada indivíduo, assim como suas origens financeiras, sociais e educacionais.

Neste estudo foi utilizado como instrumento de coleta o questionário. O questionário utilizado buscou identificar os fatores que compõem o tema sustentabilidade em empresas de comércio e serviços. O modelo foi aplicado por meio eletrônico ou inquérito. O questionário possui 28 questões e utilizou escala likert de 7 pontos.

Figura 3 – Escala Likert

Discordo Totalmente			Concordo Totalmente			
1	2	3	4	5	6	7

A população do estudo são empresas do Ramo Comércio e Serviço de uma determinada região do sul do Brasil. A amostra utilizada para esta pesquisa é do tipo não probabilística por conveniência, que para Honorato (2004) é a amostragem que se confia no julgamento do pesquisador, ou seja, não se utiliza uma seleção aleatória. Foram alcançados 206 respondentes que pertencem a organizações no segmento de comércio e serviço.

A análise dos dados ocorreu via software SPSS por meio da estatística descritiva. Huot (2002) explica que a estatística descritiva é um conjunto das regras e técnicas que expressam a informação recolhida por meio de uma amostra ou população, sem nenhuma distorção ou perda de informação.

Para validar os fatores nas dimensões propostas foram utilizados os testes estatísticos por meio do software SPSS.

5 APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Na sequência é caracterizada a amostra pelo porte das empresas que perfizeram como respondentes desse estudo.

Tabela 1 – Estatística Descritiva dos Indicadores de Sustentabilidade na Manufatura

Variáveis	Questão	Média	Desvio padrão
Estrat	A empresa integra aspectos sociais e ambientais às suas estratégias.	5,39	1,582
Conduta01	A empresa adota e aplica padrões de conduta para orientar o comportamento de seus empregados.	5,33	1,896
Conduta02	A empresa tem um código de conduta publicado.	4,50	2,206
Governa01	A empresa cumpre requisitos legais em todas as operações, mesmo que essas leis não sejam fiscalizadas adequadamente.	6,00	1,312
Governa02	A empresa tem procedimentos para que seus empregados conheçam as leis a que estão submetidos.	5,18	1,888
Governa03	A empresa possui estrutura de administração formalizada.	4,89	2,175
Anticorrupt01	A alta administração se compromete com a promoção da integridade e atua diretamente na criação de uma cultura de integridade.	5,42	1,599
Anticorrupt02	A empresa possui conhecimento de quais são as situações de maior risco de ocorrências inadequadas relacionadas à prática de corrupção.	5,65	1,499
Anticorrupt03	A empresa esteve envolvida em escândalos de suborno, fraude, financiamento ilícito de campanhas ou caixa dois nos últimos cinco anos	1,28	1,072
Fornec01	A empresa exige cumprimento da legislação na seleção de fornecedores.	5,11	1,810
Fornec02	A empresa possui um mapa de seus fornecedores, identificando os mais críticos ou os de maior risco.	4,08	2,017



Riscos01	A empresa cumpre os requisitos legais pertinentes e mantém licenças de operação para suas atividades.	6,10	1,246
Riscos02	A empresa identifica esporadicamente e por apontamento de partes interessadas seus impactos econômicos, sociais e ambientais, tomando medidas de remediação.	4,93	1,891
Humano01	A empresa tem meios de identificar casos de desrespeito aos direitos humanos, que ocorram interna ou externamente.	5,31	1,596
Humano02	A empresa se assegura de não praticar discriminação contra empregados(as), clientes, terceiros ou qualquer outra parte interessada com a qual ela se relaciona, incluindo a comunidade do entorno.	6,15	1,114
Humano03	A empresa verifica se seus serviços de segurança estão em conformidade com os direitos humanos.	6,04	1,306
Empregado01	A empresa possui comissões internas com a participação de empregados, de acordo com a legislação vigente para o tamanho da empresa e ramo de atividade.	4,57	2,061
Empregado02	Caso a empresa tenha conhecimento de alguma pendência em relação à legislação trabalhista em sua operação e/ou junto a seus terceiros, toma medidas necessárias para saná-lo.	5,87	1,583
Prod_Serv01	A empresa transmite informações vitais de segurança ao consumidor por meio de símbolos, preferencialmente aqueles acordados internacionalmente.	5,41	1,702
Prod_Serv02	Em situações de falhas ou perigos imprevistos, a empresa retira todos os produtos ou interrompe a prestação do serviço rapidamente.	5,82	1,742
Comunidade01	A empresa busca o relacionamento pontual com a comunidade e evita causar transtornos com sua operação.	5,88	1,318
Comunidade02	A empresa procura responder a todas as reclamações e manifestações da comunidade que são motivadas por seus impactos.	5,80	1,563
Clima01	A empresa cumpre a legislação vigente com relação ao controle das emissões atmosféricas.	5,21	2,007
Clima02	A empresa possui um mapeamento dos tipos de combustíveis fósseis ou não renováveis, como carvão, diesel, gasolina, gás natural e outros, que utiliza em seu processo produtivo.	3,79	2,453

Clima03	A empresa estabelece um mapeamento dos tipos de combustíveis renováveis, como por exemplo etanol, hidrogênio e outros, que utiliza em seu processo produtivo.	3,33	2,370
SGA01	A empresa respeita as leis ambientais relacionadas ao seu negócio.	6,00	1,378
SGA02	A empresa orienta seus empregados em relação aos impactos ambientais negativos específicos das suas atividades.	5,34	1,827
SGA03	A empresa adota medidas corretivas aos impactos negativos.	5,41	1,834

Fonte: Elaboração Própria (2019).

Na dimensão de Estratégias para a Sustentabilidade, a questão com maior média foi a Estrat, com 5,39 que diz “A empresa integra aspectos sociais e ambientais às suas estratégias”. Pode-se perceber então que os gestores concordam com a afirmação e integram às suas estratégias aspectos ambientais e sociais, que conforme Jamali (2006) explica, a percepção da responsabilidade que as organizações possuem relacionadas ao meio ambiente e a sociedade está evoluindo gradativamente tanto na teoria quanto na prática, pois as organizações passam a construir suas análises baseando-se na consideração da função tradicional econômica que as mesmas possuem, com a vantagem de observar e assegurar a conservação do meio ambiente e a consideração dos impactos sociais e do bem-estar das pessoas.

Em relação a dimensão do Código de Conduta, a questão com a maior média foi a Conduta01 que fala “A empresa adota e aplica padrões de conduta para orientar o comportamento de seus empregados”, com um resultado de 5,33. Baseado nestes dados pode-se observar que tiveram concordância perante esta afirmação, ou seja, existe a adoção e aplicação de padrões de condutas em relação aos comportamentos de seus funcionários, o Instituto Ethos (2001) diz que as empresas ao adicionarem competências básicas à sua conduta ética e socialmente responsável, conquistam o respeito das sociedades e das pessoas que são atingidas por suas ações e atividades, a preferência dos clientes e o envolvimento de seus colaboradores. Acredita-se que por serem, em sua maioria, empresas com um número baixo de funcionários facilita a aplicação e a preservação de tais padrões de conduta.



A questão da dimensão Governança da Organização com a maior média foi a Govern01 com 6,00 que diz “A empresa cumpre requisitos legais em todas as operações, mesmo que essas leis não sejam fiscalizadas adequadamente”. Avaliando estas informações pode-se perceber que os gestores concordaram com a afirmação, ou seja, todas as suas ações e operações são realizadas legalmente. As organizações atualmente se comprometem em fortalecer a atenção voltada aos riscos ambientais em suas atividades básicas e diárias, que abrange gestão de ativos, gestão de riscos, projeto de produtos, tramitação das reclamações e prevenção de perdas. Auxiliam também seus sócios, funcionários, fornecedores e clientes a cumprirem a legislação ambiental para melhorarem suas práticas administrativas e operacionais (BARBIERI, 2008)

Na dimensão das Práticas da Anticorrupção, a questão Anticorrupt02 foi a que obteve maior média com 5,65 que fala sobre o conhecimento de quais são as situações de maior risco de ocorrências inadequadas relacionadas à prática de corrupção nas organizações, que para Rogow e Lasswell (1970) é descrita como violações de interesse comum utilizadas para obter vantagens especiais. Tais dados abstraídos da pesquisa aplicada, mostram que as empresas respondentes têm conhecimento das situações de maior risco em práticas de corrupção existentes internamente e sabem como combatê-las.

Na dimensão de Sistema de Gestão de Fornecedores a questão de maior média foi a Fornec01 que diz “A empresa exige cumprimento da legislação na seleção de fornecedores”, obtendo média 5,11. Com base nestes dados pode-se perceber concordância em relação a esta afirmação, mostrando assim que a empresa quando escolhe seus fornecedores exige que o mesmo esteja legalizado, ou seja, a organização se preocupa com a legalização dos insumos que estão sendo comprados, caso não esteja legalizado as parcerias não se concretizam, pois, conforme Burt, Dobler e Starling (2003) explicam, as empresas passaram a reconhecer a necessidade de selecionar fornecedores hábeis e eficientes que atendem as requisições de seus clientes.

Na dimensão de Mapeamento dos Impactos da Operação e Gestão de Riscos a questão com maior média, com 6,10 foi a Riscos01 que diz “A empresa cumpre os requisitos legais pertinentes e mantém licenças de operação para suas atividades”. Estes dados mostram que as organizações se preocupam bastante em relação suas legalizações, para que possam realizar suas atividades normalmente, cumprindo corretamente com os requisitos legais e mantendo suas licenças para



operarem, pois percebem que as questões ambientais influenciam diretamente na qualidade de vida da comunidade na qual estão inseridas, por este motivo Nusdeo (2002) fala que a justiça socioambiental existe para que grupos mais vulneráveis de uma comunidade, determinados grupos étnicos ou raciais, dentre outros, não sejam afetados pelos efeitos negativos da legislação ambiental de forma desigual.

Referente a dimensão de Monitoramento de Impactos dos Negócios nos Direitos Humanos a questão de maior média foi a Humano02 que diz “A empresa se assegura de não praticar discriminação contra empregados (as), clientes, terceiros ou qualquer outra parte interessada com a qual ela se relaciona, incluindo a comunidade do entorno”, tendo uma média 6,15. Este resultado informa que as empresas não toleram discriminação contra seus clientes e funcionários, o que é positivo para as organizações já que os clientes e os funcionários hoje em dia querem conexão e priorizam a criação de vínculos entre as partes envolvidas. A partir da década de 80 a diversidade foi um dos temas mais estudados em relação as organizações (GALVIN, 2006), pois acredita-se que a inclusão de grupos historicamente discriminados tornaria o ambiente de trabalho melhor, tornando-o mais democrático e diversificado. (CALÁS; SMIRCICH, 1992)

A questão que teve maior média na dimensão de Relação com os Empregados foi a Empregado02 com 5,87 que diz “Caso a empresa tenha conhecimento de alguma pendência em relação à legislação trabalhista em sua operação e/ou junto a seus terceiros, toma medidas necessárias para saná-lo”. Podendo concluir que as empresas se preocupam em estarem legalizadas perante a legislação trabalhista, atualmente as origens das reclamações trabalhistas vindas dos funcionários das organizações é por motivos de descumprimento das normas ou por não atuação das leis trabalhistas por parte da organização para com o funcionário, podendo estar sujeita a receber penalizações da justiça do trabalho por estes motivos (SCHMITT, 2009).

Na dimensão de Impacto decorrente do Uso dos Produtos e Serviços a questão que teve maior média foi a Prod_Serv02 que diz “Em situações de falhas ou perigos imprevistos, a empresa retira todos os produtos ou interrompe a prestação do serviço rapidamente” com média 5,82. Pode-se concluir com este resultado que as organizações se preocupam com o bem-estar dos seus clientes e funcionários, tirando imediatamente seus produtos ou serviços caso os mesmos estejam falhando ou causando algum tipo de perigo para quem está usufruindo, tais ações, de acordo com o Business for



Social Responsibility (2001), são decisões tomadas pela organização que se baseia nos valores éticos que reúne as dimensões legais assim como o respeito para com as pessoas, para com as sociedades e para com o meio ambiente.

Em relação a dimensão da gestão dos Impactos da Empresa na Comunidade a questão com maior média foi a Comunidade01 com 5,88 que fala sobre as buscas dos relacionamentos com a comunidade e em evitar transtornos causados pelas suas operações, isso significa que de um modo geral as organizações atualmente estão em busca disto perante a comunidade e suas operações, estas ações são de extrema importância para o crescimento e sucesso das organizações atualmente, a sociedade, a comunidade e as pessoas estão em constante mudança e hoje em dia o que mais fideliza os clientes é o relacionamento que se tem com eles assim como a atenção e preocupação para com eles. Braungart, McDonough e Bollinger (2006) explicam sobre tais relacionamentos que são expandidos para entender melhor sobre o funcionamento da estrutura, gerando desta forma duas frentes de desenvolvimento, o ambiental e o econômico captando assim, ações sustentáveis a longo prazo. Os mesmos estabelecem a ecoeficiência como estratégia de ação social, tendo o intuito de reduzir o uso de materiais com a intenção de minimizar os impactos ambientais indesejáveis e produzir maiores riquezas econômicas.

Referente a dimensão de Governança das Ações Relacionadas às Mudanças Climáticas a questão com maior média foi a questão Clima01 com 5,21 que aborda sobre o cumprimento da legislação vigente em relação às emissões atmosféricas, tendo este resultado como base pode-se perceber que as organizações do estado de Santa Catarina cumprem as leis relacionadas as emissões atmosféricas, ou seja, as empresas se preocupam com as matérias gasosas, líquidas ou sólidas que seus produtos ou serviços podem lançar na atmosfera do planeta o que atualmente é um dos piores problemas que possui, porém as empresas já estão cientes e estão fazendo seus papéis para mudar este atual estado. Perante este cenário, é necessário controlar estas emissões atmosféricas com ações que se baseiam em metodologias para estabelecer uma gestão eficiente nos poluentes lançados no ambiente em suas quantidades. (MELO; SINFRÔNIO, 2018)

Na dimensão Sistema de Gestão Ambiental a questão com maior média foi a pergunta SGA01 com média 6,00 que fala sobre as empresas respeitarem as leis ambientais relacionadas ao seu negócio, conforme Rocco (2009) a legislação ambiental atualmente estimula os empresários a



participar da implementação de tais leis e políticas públicas ambientais, onde pode-se entender em relação a este resultado que as empresas estão preocupadas com as questões ambientais que podem relacionar-se aos seus negócios tais como as suas leis. Vendo isso da visão de um cliente é bastante importante pois esse é um dos pontos que é identificado nos dias de hoje o que pode alterar a opinião do cliente perante sua empresa tal como sua opção de compra.

Em relação ao desvio padrão encontrado nas respostas, entre todas as perguntas a Anticorrup03 foi a que obteve o menor desvio padrão com 1,072 onde sua questão diz “A empresa esteve envolvida em escândalos de suborno, fraude, financiamento ilícito de campanhas ou caixa dois nos últimos cinco anos” ou seja, obteve-se menor variação nas respostas podendo entender que as organizações em algum momento nos últimos cinco anos de existência tiveram algum escândalo relacionado a dinheiro o que gera uma desconfiança para os clientes em relação a ética da organização, criando uma desconfiança também em comprar ou usufruir dos produtos e serviços disponibilizados. Tom Morris (1998) entende que a ética é o cumprimento de regras e a mesma está amplamente constituída de regras, de comportamento relacionadas à profissão, de sobrevivência, de relacionamento harmônico na convivência social, entre outros.

Já a questão que obteve o maior desvio padrão entre elas foi a Clima02 com 2,453 que aborda sobre as empresas possuírem um mapeamento dos tipos de combustíveis fósseis ou não renováveis (carvão, diesel, gasolina, gás natural, dentre outros) utilizados em seus processos produtivos, que desde 1750 até os dias de hoje, ocorre a substituição da madeira e de outros combustíveis renováveis para os combustíveis fósseis em grande escala, que se encontra em permanente expansão (CHAKRABARTY, 2013). O resultado obtido mostra que foi a questão que teve maior variação em suas respostas, ou seja, as organizações não possuem um mapeamento dos combustíveis utilizados em seus processos produtivos, acredita-se que por serem empresas de comércio e serviços onde muitas das vezes não é produzido nenhum produto, mas sim revendido.

Olhando os resultados desses indicadores numa visão geral pode-se perceber que em relação ao assunto sustentabilidade empresarial a maioria das empresas no estado de Santa Catarina se preocupam bastante e que estão focadas neste quesito que é tão importante nos dias de hoje e que a sociedade cobra tanto das organizações em geral. É algo de baixo custo para as empresas e que dá maior viabilidade para as mesmas criando uma visão diferente para os clientes e para a sociedade em



que a mesma está estabilizada, atualmente é indispensável a sustentabilidade no cotidiano das organizações assim como no futuro da mesma e as organizações que participaram desta pesquisa estão a par disto usando-a para seus benefícios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O assunto abordado neste trabalho é de extrema importância para empresas de comércio e serviços pois é a atualidade, os clientes e a sociedade estão em constante mudança e nos últimos tempos o foco está em sustentabilidade, a visão do mundo mudou em relação ao meio ambiente e as organizações que não se adequarem neste aspecto poderão fechar suas portas conforme dito por Almeida (2002).

As dimensões aqui apresentadas mostraram suas importâncias, porém a que mais teve destaque dentre as da pesquisa foi a da dimensão Monitoramento de Impactos dos Negócios nos Direitos Humanos que fala sobre a discriminação e como as empresas se asseguram de não praticar contra seus stakeholders, mostrando assim que as organizações atualmente se atentam em não praticar nenhum ato de discriminação ou preconceito para com os outros.

Enquanto esse modelo busca encontrar práticas sustentáveis nas organizações, pode ocorrer de as empresas não realizarem estas práticas da mesma forma. Pode ser assimilado este estudo ao de Imperador e Silva (2018) mensura a sustentabilidade organizacional com base nos sistemas de mensuração do desenvolvimento sustentável (SMDS) realizando assim uma análise comparativa da dimensão ambiental entre eles, comparando diferentes níveis de profundidade da gestão da sustentabilidade organizacional.

Ao longo deste trabalho foi possível identificar a importância do tema sustentabilidade pois acredita-se que ele está em constante crescimento atualmente, as ações sustentáveis já estão no cotidiano das pessoas interferindo nas coisas que compram, que consomem ou que usam, podendo dar exemplos como moda sustentável (criação de roupas e acessórios não prejudiciais ao ecossistema), moda consciente (brechós por exemplo), produtos veganos (maquiagens, sapatos, cosméticos, etc.) e também o veganismo (não comer ou usar nada de origem animal ou seus derivados).



Este estudo apresentou algumas limitações. Embora tenhamos proposto um modelo de avaliação com base no segmento empresas de comércio e serviços, considera-se a sustentabilidade uma das principais dimensões para ser estudada em qualquer empresa, porém, existem outros segmentos que podem ser estudados e atrelados com a estratégia no comércio e serviço como no segmento de manufatura.

Outro fator que tem a possibilidade de ser uma limitação deste estudo é a percepção de cada indivíduo em relação as perguntas do questionário aplicado inviabilizando desta forma algumas respostas obtidas, o método utilizado neste estudo é outra limitação encontrada, que foi a análise fatorial confirmatória, porém o método ANOVA é uma opção interessante para se utilizar também no estudo deste tema, por fim ter somente um olhar qualitativo do trabalho sem ver a percepção quantitativa é também uma das limitações encontradas.

Com exceção deste trabalho sugere-se o estudo de outras pesquisas no segmento de manufatura, pois o atual artigo permaneceu focado na sustentabilidade em empresas de comércio e serviços. A sustentabilidade auxilia as organizações a se desenvolverem economicamente sem afetar as próximas gerações, cuidando com o impacto social que elas causam, neste sentido percebe-se que a sustentabilidade necessita focar em seus stakeholders, portanto sugere-se que este tema seja trabalhado juntamente com a teoria dos stakeholders.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. São Paulo: Nova Fronteira, 2002.
- AMADEU Jr, A., GELMAN, J. J., & MACEDO, L. C. (2008). **A mobilização do setor varejista para a responsabilidade social: do assistencialismo ao alinhamento estratégico**. In: J. J Gelman & J. Parente (Orgs.). *Varejo socialmente responsável*. (Cap. 1, pp. 15-32). Porto Alegre: Bookman.
- BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada as Ciências Sociais**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2002
- BARBIERI, J.C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo, Saraiva, ed. 2008.
- BRAUNGART, M.; MCDONOUGH, W., BOLLINGER, A. **Cradle-to-cradle design: creating healthy emissions e a strategy for eco-effective product and system design**. *Journal of Cleaner Production*, 2006.



BURT, D. N.; DOBLER, D. W.; STARLING, S. L. **World Class Supply Management: The key to Supply Chain Management**. 7th ed. New York: McGraw-Hill, 2003.

BUSINESS FOR SOCIAL RESPONSIBILITY (BSR). **Social Responsibility**. Disponível em: <<https://www.bsr.org/en/>>. Acesso em: 04 dez. 2019.

FINK, A., KOSECOFF J. **How to conduct surveys: A step-by-step guide**. Beverly Hills: Sage, 1985.

CALÁS, M; SMIRCICH, L. **Afterwards/after words: open spaces**. Academy of Management Review, v. 17, n. 3, p. 607-611, 1992.

CHAKRABARTY, D. **O Clima da História: quatro teses**. Sopro, Florianópolis, Editora Cultura e Barbárie, n. 91, p. 4-22, jul. 2013.

FURTADO, J. S. **Sustentabilidade empresarial: guia de práticas econômicas, ambientais e sociais**. Salvador: NEAMA/CRA, 2005. 177 p.; 23 cm

GALVIN, T. "Re-Evaluating Diversity": **Reviving critical discourse in diversity research in organization studies**. Academy of Management Best Conference Paper of 2006. Disponível em: <http://web.ebscohost.com/ehost/pdf>. Acesso em 12.02. 2006

HAHN, T., SCHEERMESSE, M., 2006. **Approaches to corporate sustainability among German companies**. Corporate Social Responsibility and Environmental Management. 13 (3), 150-165

HART, S. L. & MILSTEIN, M. B. (2003). **Creating sustainable value**. Academy of Management Executive, 17(2), 56-67. doi: 10.5465/AME.2003.10025194

HONORATO, G. **Conhecendo o Marketing**. Barueri, SP: Manole, 2004.

HUOT, R. (2002). **Métodos quantitativos para as ciências humanas** (tradução de Maria Luísa Figueiredo). Lisboa: Instituto Piaget.

INSTITUTO ETHOS. **Relatório de pesquisa Ethos/Valor**. Elaborado pela Indicator Opinião Pública. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 04 Dez. 2019

JAMALI, D. **Insights into the triple bottom line integration from a learning organization perspective**. Business Process Management Journal, v.12, n.6, p.809-821, 2006.

LANGE, D. E.; BUSCH, T.; DELGADO-CEBALLOS, J. D. Sustaining Sustainability in organizations. **Journal of Business Ethics**, v. 110, n. 2, p. 151-156, 2012.

MAIMON, D. **Passaporte verde: gestão ambiental e competitividade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.



MELO, V. S.; SINFRÔNIO, F. S. M.. **A importância dos inventários do programa GHG Protocol para a gestão das emissões ambientais: estudo de caso do Maranhão.** Natural Resources, v.8, n.2, p.38-51, 2018.

MORRIS, T. **A nova alma do negócio: como a filosofia pode melhorar a produtividade de sua empresa.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.

NUSDEO, A. M. O. **Defesa da concorrência e globalização econômica: o controle da concentração de empresas.** São Paulo: Malheiros, 2002.

OLIVEIRA, L. R.; MEDEIROS, R. M.; TERRA, P. B.; QUELHAS, O. L. G. **Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações.** **Revista Produção**, v. 22, n. 1, p. 70-82, 2012.

PIMENTA, H. C.D..**Sustentabilidade empresarial: práticas em cadeias produtivas.** Natal, RN: IFRN Editora, 2010. Disponível em: Acesso em: jun.2015.

PORTER, M.; KRAMER, M. (2011, January-February). **Creating shared value: how to reinvent capitalism and unleash a wave of innovation and growth.** Harvard Business Review, pp. 62-91.

ROCCO, R. **Meio Ambiente & Empresa: Os temas relacionados ao papel do setor privado nas novas configurações das políticas ambientais brasileiras.** Disponível em: <<http://rogeriorocco.com.br/wp-content/uploads/2010/07/Tema3-Meio-Ambiente-e-Empresa-2009.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2019.

ROGOW, A. A.; LASSWELL, H. D. **The definition on corruption.** In: Heidenheimer, A. J. Political corruption - readings in comparative analysis. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1970.

SAVITZ, A. W.; WEBER, K.A **Empresa sustentável: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental.** 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SCHMITT, G. W. **Perícia contábil em uma ação trabalhista.** 66f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2009.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations.** California: SAGE Publications, 1995.

SILVEIRA, M. A. Strategic management of innovation towards sustainable development of brazilian electronic. **Journal Technologic Management & Innovation**, v. 8, s/n, p. 174-186, 2013.